



Poder Executivo

AA-Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura - COMUSA

ATA DA 111ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e oito de novembro de dois mil e dezessete, realizou-se a 111ª Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Saneamento - COMUSA, no auditório da Companhia Urbanizadora e de Habitação de Belo Horizonte - Urbel, Av. do Contorno, 6.664, 1º andar - Bairro Santo Antônio.

Conselheiros presentes: Claudius Vinicius Leite Pereira (URBEL), Patrícia de Castro Batista (SLU), Vereador Edmar Branco (CMBH), Maria Helena de Fátima Silva (AME-SF), Antônio Carlos Ferreira de Oliveira (COPASA) e Cláudio Jorge Cançado (CREA-MG).

Suplentes presentes: Ricardo de Miranda Aroeira (SMOBI), Dulce Maria Magalhães Pereira (SINARQ-MG), Manoel Marques de Azevedo (AME-SF), Maria de Lourdes dos Santos M. Reis (CMSBH), Ronaldo Matias de Souza (COPASA) e Raquel Sampaio Jacob (PUC-MINAS).

Ausências justificadas: Josué Costa Valadão (SMOBI), Pegge Sayonara Mendes (ABES-MG), Márcio Benedito Baptista (UFMG) e Rogério Pena Siqueira (Especialista).

O Conselheiro e Secretário Executivo do COMUSA, Ricardo de Miranda Aroeira, iniciou a reunião apresentando os pontos de pauta:

- Apresentação, pelo Consórcio Pampulha Viva, do Relatório de identificação dos principais pontos de aporte de esgoto na Lagoa da Pampulha.

- Apresentação, pela Fiscalização da Regional Pampulha, do Relatório sobre as ações de fiscalização para detectar as principais fontes geradoras dos efluentes e identificar os lançamentos clandestinos de esgoto na Bacia do Córrego Tijucu.

Em seguida, a palavra foi repassada ao Engenheiro Marco Antônio, representante do Consórcio Pampulha Viva, que procedeu à apresentação sobre identificação dos principais pontos de aporte de esgoto à Lagoa da Pampulha, em cumprimento ao disposto na Deliberação COMUSA 001/2017, de 26/09/2017.

O palestrante iniciou sua apresentação explicando como vêm sendo conduzidos os serviços de recuperação da qualidade das águas da Lagoa da Pampulha, com a aplicação dos bioremediadores Phoslock e Enzilimp e seus efeitos sobre a Lagoa, inclusive com o enquadramento do corpo d'água em Classe 3, conforme a Resolução CONAMA 357. Explicou também que as condições de cargas orgânicas mais significativas são decorrentes de um passivo ambiental acumulado durante décadas, da poluição difusa e também dos esgotos que ainda chegam à Lagoa, apesar do avanço das obras em execução pela COPASA, que evidentemente têm contribuído sobremaneira para redução desse aporte. Outro fator importante é o regime hidrológico, que exerce um papel relevante sobre a dinâmica do lago, uma vez que provoca oscilações da qualidade da água. Quanto às contribuições de esgotos à Lagoa identificados pelo Consórcio Pampulha Viva, o palestrante abordou os seguintes pontos:

- Na Bacia do Córrego Tijucu, o maior aporte de carga orgânica nesse córrego está relacionado com lançamentos clandestinos eventuais, contribuindo de forma significativa para o incremento de concentrações de fósforo e a consequente eutrofização das águas da Lagoa. A foz do Córrego Tijucu tem uma baixa renovação de suas águas pois, por se tratar de uma enseada, é um ambiente lântico, proporcionando uma proliferação mais rápida das algas e uma piora na qualidade das águas.

- O Córrego Mergulhão apresenta um aporte menor de carga, porém verifica-se nessa bacia a lavagem de caminhões e ônibus em uma área a montante, o que também contribui para a poluição das águas da Lagoa.

- Os córregos Ressaca e Sarandi respondem juntos por 70% do aporte de água para a Lagoa da Pampulha. Nos períodos de estiagem, as vazões desses dois tributários são tratadas pela Estação de Tratamento de Águas Fluviais da COPASA (ETAF). Além disso, em função das obras de expansão executadas pela COPASA, pode-se observar uma melhora significativa com redução do aporte de nutrientes para a Lagoa.

- No Córrego Água Funda, apesar das obras da COPASA, ainda existem aportes de esgoto.

– Na Bacia do Córrego Olhos d'Água, onde a comunidade Dandara está inserida, um trecho do interceptor da COPASA foi invadido por edificações, o que trouxe prejuízo operacional e de manutenção ao sistema de esgotamento sanitário do local. Um trecho do interceptor sofreu ruptura e, por isso, há o lançamento de esgotos diretamente na Lagoa.

– Por fim, na enseada do Museu de Arte existem dois pontos de lançamento de esgotos, oriundos de ruptura do interceptor, conhecidos pela COPASA, que vem atuando no sentido da sua correção.

O palestrante enfatizou ainda que, mesmo enquadradas como classe 3, as águas da Lagoa da Pampulha continuarão sujeitas à variação de sua qualidade pois trata-se de um lago urbano, que será sempre afetado, no mínimo, pelo aporte da poluição difusa. Ressaltou ainda que é evidente que hoje a Lagoa está muito mais resiliente, respondendo a curto prazo às agressões provocadas pelo aporte de poluentes, especialmente em função da ação dos remediadores que vêm sendo aplicados. Destacou ainda que os serviços de manutenção da qualidade das águas, ainda que com menor intensidade, deverão ser permanentes, visando assegurar a sustentabilidade dos resultados alcançados, sendo fundamental que sejam assegurados os investimentos permanentes na expansão e manutenção do sistema de esgotamento sanitário na bacia, além de ações rotineiras de fiscalização e educação ambiental.

Após finalizada a apresentação pelo Sr. Marco Antônio, o Conselheiro Ricardo Aroeira passou a palavra para a Sra. Merian Regina Marangon Mendes, Fiscal Municipal de Controle Ambiental, representando a Diretoria de Fiscalização da Regional Pampulha, para proceder a apresentação sobre as ações de fiscalização para detectar as principais fontes geradoras dos efluentes e identificar os lançamentos clandestinos de esgoto na Bacia do Córrego Tijuco.

A palestrante iniciou a apresentação ressaltando a importância de se levar em conta, quando se fala em Lagoa da Pampulha, de que a sua bacia hidrográfica está inserida nos municípios de Belo Horizonte e Contagem. Ela explicou também que a fiscalização da Pampulha conta com apenas 26 fiscais para uma população de 226.000 pessoas, resultando em uma média de 8.700 habitantes e 2 km² de área por fiscal.

Quanto aos trabalhos até aqui desenvolvidos pela Fiscalização na bacia do Córrego Tijuco, foram abordados pela palestrante os seguintes aspectos:

– Os trabalhos de fiscalização da Bacia do Córrego Tijuco se iniciaram nos estabelecimentos localizados na Avenida Fleming, por ser a região comercial mais próxima à foz desse curso d'água na Lagoa da Pampulha. Em segunda etapa serão vistoriados os estabelecimentos comerciais nos outros locais da bacia.

– As ações na Avenida Fleming contaram com a parceria da COPASA, que participou ativamente das vistorias. A fiscalização verificou a existência e a conformidade dos alvarás dos estabelecimentos. Foram verificados, ainda, todas as questões que poderiam interferir na qualidade da água da Lagoa: caixa de gordura, lançamento dos esgotos dos banheiros, lavagem dos pisos das áreas utilizadas pelos frequentadores, local de armazenamento dos resíduos sólidos, existência de rede pluvial ligada na rede de esgoto etc.

– Foram vistoriados 23 estabelecimentos na Avenida Fleming, sendo 20 (vinte) restaurantes, bares, casas noturnas e lanchonetes; 1 (um) lava-jato; 1 (uma) escola e 1 (uma) padaria. Desse total, foram geradas 13 (treze) notificações relacionadas a questões de problemas com a caixa de gordura, lançamento direto de efluentes na sarjeta e alvará em não conformidade com o tipo de atividade exercida. A palestrante concluiu a apresentação explicando que o trabalho continuará a ser realizado na bacia e que, inclusive, alguns estabelecimentos notificados já regularizaram sua situação.

Após finalizada a apresentação, o Conselheiro Ricardo Aroeira registrou a existência de quórum e colocou em votação a ata da 109ª Reunião Ordinária do COMUSA, que foi aprovada por unanimidade. Em seguida, colocou em votação a ata da 110ª Reunião Ordinária do COMUSA, tendo sido aprovada por 8 (oito) votos a favor e 1 (uma) abstenção. O Conselheiro registrou que o COMUSA tem vivenciado, nas últimas reuniões, um ciclo de debates sobre a Lagoa da Pampulha, que será concluído na reunião de dezembro, com a apresentação da COPASA sobre o avanço das suas obras na Bacia da Pampulha. Informou ainda que o problema identificado na Bacia do Córrego Olhos d'Água é um dos pontos críticos no que se refere ao aporte de poluentes à Lagoa da Pampulha, em função principalmente dos danos ocorridos ao interceptor da COPASA no entorno da ocupação Dandara. Informou ainda que a solução desse problema está sendo encaminhada a partir de uma discussão conjunta envolvendo a COPASA e a URBEL.

Em seguida, passou a palavra ao Diretor-Presidente da URBEL e conselheiro do COMUSA, Claudius Vinicius, que explicou que a ocupação denominada “Dandara” respeitou, originalmente, a Área de Proteção Ambiental. No entanto, novas ocupações ocorreram posteriormente no local.

Explicou ainda que está sendo desenvolvido, para a ocupação Dandara, o Plano de Regularização Urbanística (PRU). Houve ações de fiscalização no local e a comunidade está ciente de que não poderá se manter na APP. Assim, de forma emergencial e para permitir o reparo do interceptor pela COPASA, algumas famílias serão realocizadas pela URBEL. O Conselheiro Claudius comentou ainda que serão realocizadas as outras cerca de 100 famílias que vivem nessa região, em função da disponibilidade de recursos do Município.

O Conselheiro Ricardo Aroeira informou que a SMOBI está finalizando uma licitação para contratação de uma empresa que irá implementar um plano de comunicação social e educação ambiental para sensibilização da população moradora na Bacia da Lagoa da Pampulha e de toda a cidade. Explicou que o Programa Pampulha Viva tem, fundamentalmente, investimentos em três áreas principais: (i) sistema de esgotamento sanitário: obras em execução pela COPASA, totalizando investimentos da ordem de 120 milhões de reais; (ii) retirada de sedimentos da Lagoa da Pampulha (a primeira etapa foi empreendida entre os anos de 2013 e 2014, quando foram retirados 850 mil m³ de terra da Lagoa da Pampulha, a um custo de 109 milhões de reais, estando em processo de montagem outro processo licitatório para ações de desassoreamento de manutenção, com previsão de retirada de 115 mil m³/ano a partir de 2018) e (iii) tratamento das águas da Lagoa da Pampulha, por meio de um contrato com valores originais de 30 milhões de reais.

O Vereador Edmar Branco informou que, conforme sugestão dada em uma reunião anterior do COMUSA, propôs o Projeto de Lei 447/2017, que está tramitando na CMBH, que tornará obrigatória a instalação de dispositivo de geoposicionamento – GPS – em caminhões limpa-fossa.

O Conselheiro Ricardo Aroeira fechou a reunião lembrando que é preciso que todos entendamos que a cidade é resultado da ação do Poder Público ou da falta dela e da ação ou não de cada um dos cidadãos. Informou que são retiradas pela SUDECAP diariamente da Lagoa da Pampulha 10 toneladas de lixo fora do período chuvoso e 20 toneladas de lixo no período chuvoso, numa cidade que tem cobertura pelo serviço de coleta de lixo praticamente universalizada. Comentou ainda entender como legítima a cobrança da sociedade civil por ações do Poder Público, mas entende que a população, no exercício da sua cidadania, deva atuar ainda como multiplicadora de boas práticas de conscientização de educação sanitária e ambiental. Os frutos que estão sendo colhidos hoje são resultado de uma sucessão de iniciativas de diversos mandatos municipais que foram construindo a possibilidade de que esse programa viesse a acontecer. Enfatizou ainda que a participação da COPASA tem sido decisiva nesse processo, mas que ainda há muitos desafios a serem enfrentados.

Nada mais havendo a discutir, a reunião foi encerrada.

Nada mais tendo a relatar, eu, Ricardo de Miranda Aroeira, Conselheiro e Secretário Executivo do COMUSA, lavrei a presente ata.